

ESCOLA PARTICULAR

si^oes^p

• ANO 20 • Nº 228
MARÇO - 2017

PUBLICAÇÃO MENSAL DO SINDICATO DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO NO ESTADO DE SÃO PAULO

O
Currículo
Extenso
e o pouco
Conhecimento
dos Alunos



É possível a neutralidade ideológica na escola?



Temos assistido a cenas controversas e altamente discutíveis envolvendo a aprovação de leis municipais e estaduais que proíbem professores de fazer doutrinação político-ideológica em suas aulas. Nos lugares em que a lei já foi sancionada, professores veem sido afastados e até mesmo demitidos por terem, supostamente, pregado tendenciosamente suas posições políticas e ou defendido posturas ideológicas de caráter pessoal. A partir do movimento Escola Sem Partido, o tema tem ocupado amplo espaço na mídia e merece alguns momentos de reflexão e debate, afinal, atinge a figura da escola e o fazer de todos os educadores. Nesse texto, nosso foco não será o conteúdo de tal manifesto, mas a reflexão sobre as consequências de sua legalização na escola e no exercer docente.

No senso comum, ideologia significa algo ideal. Aquilo que contém um conjunto de ideias, pensamentos, doutrinas ou visões de mundo de um indivíduo ou determinado grupo, que orienta suas ações sociais e políticas. Quando definida como um instrumento de dominação que age por meio de convencimento e persuasão, alienando a consciência humana, a palavra ideologia possui uma concepção

O confronto ideológico é parte inerente ao processo educativo, sem o qual, poderíamos chamá-lo, no máximo, de processo instrutivo

crítica. Esse termo foi consolidado pelo filósofo Antoine Destutt De Tracy e ressignificado pelo filósofo alemão Karl Marx, o qual ligava a ideologia aos sistemas teóricos (políticos, morais e sociais) criados pela classe social dominante.

De acordo com Marx, a difusão da ideologia da classe dominante é fundamental para a manutenção desse mesmo grupo no controle da sociedade. Adeptos dessa Escola consideram a ideologia como uma ideia, discurso ou ação que distorce um objeto, mostrando apenas sua aparência e escondendo suas demais qualidades. Existem ideologias políticas, religiosas, econômicas e jurídicas. Essas as quais, diferenciam-se de uma ciência porque não tem uma metodologia exata capaz de comprovar tais convicções.

A ideologia é inerente ao nosso discurso pois é composta de nossas crenças e

paradigmas. Ao nos expressarmos, estaremos necessariamente difundindo nossa ideologia através de opiniões, exemplos, atitudes e até tonalidade de voz. O que nos faz crer que a neutralidade ideológica é um mito. Podemos, no máximo, nos esforçar (sem nenhuma garantia de êxito) para sermos imparciais. Neutros, jamais. Essa prerrogativa nos leva à conclusão de que ensino sem ideologia é uma falácia. Não existe texto sem ideologia, filme sem ideologia, discurso sem ideologia, regras sem ideologia.

A escola está imersa em ideologias que reforçam as crenças dominantes na sociedade. "Os melhores alunos serão as pessoas de maior sucesso profissional e os piores terão dificuldade de posicionamento no Mercado de Trabalho. Os mais obedientes merecem notas mais altas e mais elogios por isso. Aqueles que conversam >>>



muito durante as aulas não aprendem o conteúdo que, por sua vez, sai da cabeça do professor pela boca e entra na cabeça do aluno pelo ouvido". Esse conjunto de "verdades" traduzem a escola como um aparelho ideológico, ou seja, uma instituição que está à serviço da propagação de ideias que mantêm as coisas como sempre foram. O conflito ideológico é, pois, a única maneira de tornar a escola um espaço de formação de cidadãos críticos e livres para enxergar além do que estão vendo.

A essa altura já podemos responder à pergunta do título desse artigo com um convívio "não". O confronto ideológico é parte inerente ao processo educativo, sem o qual, poderíamos chamá-lo, no máximo, de processo instrutivo, viável de ser concretizado apenas com a informação objetiva e "imparcial" do conteúdo. A escola tem como objetivo formar cidadãos habilitados a atuar nos contextos público e coletivo através da transmissão dos saberes culturais e científicos acumulados pela humanidade, que na sua essência, pressupõe a habilidade de leitura ideológica somente conseguida através do pleno exercício do confronto de ideias. Diante desse contexto, como definir, sem deixar margem à injustiça, o que é assédio ideológico? Como implantar um tribunal pedagógico em cada sala de aula, capaz de estabelecer o momento exato, o qual, o professor ultrapassou a tênue linha que separa o debate ideológico da defesa de suas concepções pessoais? Além disso, como deixar essas questões claras para alunos e pais?

Outra questão a ser considerada, se da ao fato de que alunos não são tábulas rasas

O conflito ideológico é, pois, a única maneira de tornar a escola um espaço de formação de cidadãos críticos e livres

ou massa acrítica de manobra. Estamos em plena Era do conhecimento horizontalizado e o que não faltam são questionamentos de alunos com relação ao currículo e à forma de ensinar dos professores, que por sua vez, estão tendo que aprender a lidar com esse processo abandonando a postura e o lugar de seres inquestionáveis.

Como formador de professores em nível nacional, posso garantir que a realidade predominante na sala de aula é muito mais próxima do questionamento do discurso do professor do que do risco de uma suposta doutrinação. O professor na atual sociedade não é mais aquele que professa a verdade. A Internet é, hoje, um elemento que veio colaborar de forma decisiva na desconstrução dessa verdade. Aliás, se a doutrinação de esquerda estivesse tão eficaz quanto presumem os autores e adeptos do movimento Escola Sem Partido, os partidos ditos de esquerda deveriam estar com participação bem mais efetiva na

política e não em queda como mostram os números, corroborados pela ascensão dos partidos de direita.

Outro viés do movimento Escola Sem Partido, diz respeito à execução da chamada ideologia de gênero na escola. Vamos a alguns esclarecimentos conceituais e reflexões necessárias. A ideologia de gênero ou a "ideologia da ausência de gênero", como também ficou conhecida, é a ideia de que nos construímos sexualmente através das relações sociais e culturais, o que se opõe a ideias de que nascemos homens ou mulheres segundo determinações exclusivamente biológicas. De acordo com este pensamento, as pessoas nascem neutras e podem, ao longo da vida, escolher o seu gênero sexual, a partir da identificação que construir nas relações que estabelecer.

Mais uma característica dentro desse conceito de gênero, é a de que existem várias gradações de gêneros sexuais, muito além do binômio homem/mulher. Os seres humanos estariam disponíveis para assumir a identidade de gênero que mais se identificam sem pressões que apresentam estereótipos predeterminados. Essa postura está a serviço da construção de uma sociedade mais justa, equilibrada e respeitosa, na qual homens e mulheres, independentes de suas identificações comportamentais ou preferências sexuais possam conviver mais harmoniosamente. Uma sociedade onde não existam diferenças salariais entre homens e mulheres ou preconceitos no exercício de atividades profissionais, as quais seriam exclusivamente masculinas ou femininas. A ideologia de gênero está a

serviço de uma sociedade em que não existem mais suicídios por causa de questões sexuais mal resolvidas.

Uma escola que age de acordo com a ideologia de gênero não oferece atividades exclusivamente para meninos ou para meninas. Combate os estereótipos masculino e feminino através de regras e ações que coíbem atitudes preconceituosas ou estabelecimentos de rótulos do tipo “homem usa azul e mulher usa cor de rosa; bateria e guitarra são instrumentos para homem enquanto piano e harpa são para mulheres; culinária e artesanato são para as meninas enquanto mecânica e marcenaria são para os meninos”. Ou por exemplo, ao proibir manifestação de afeto, o que cabe à casais heterossexuais e homossexuais, dentro dos ambientes escolares. Essa postura visa construir um real equilíbrio entre os sexos. A escola é vigilante com relação a qualquer atitude ou manifestação preconceituosa de professores ou funcionários, instalando um clima de respeito às diferenças de gostos e preferências sexuais. Uma instituição de ensino age através da ideologia de gênero não incentiva ninguém a ser ou assumir-se aquilo que não é em sua essência, ao contrário, combate o desrespeito à essência de cada um.

Não abordar na escola a ideologia de gênero seria pregar o oposto de tudo o que diz esse tema? Seria não reagir contra a ideologia sexista que alimenta preconceitos, injustiças e até crimes contra mulheres e homossexuais? Seria omitir-se diante das situações conflituosas que ocorrem frequentemente nas escolas em função de questões de gênero? Algumas posições contrárias argumentam que a escola deve somente garantir o respeito às pessoas, sem entrar no “x” da questão ou discutir o tema.

A pergunta a seguir é como se garante o respeito sem entrar no mérito da questão, sem dizer porque as pessoas precisam ser respeitadas se a falta de respeito surge exatamente da não compreensão da questão? O medo da ideologia de gênero é o medo da naturalidade, da liberdade e da essência das pessoas. É o completo desconhecimento de que a sexualidade se constrói à revelia de opiniões, valores ou determinações. Isso tudo faz muito sentido numa sociedade que tem, por um lado o discurso da inclusão e do respeito, mas por outro, a prática da segregação e da imposição.

Uma questão que tem ficado em segundo plano nessa discussão é qual deve ser a postura da escola com relação aos demais aparelhos ideológicos da sociedade, em especial, em relação à mídia. A escola deve promover a discussão à cerca do impacto da doutrinação ideológica da mídia? Qual deve ser o papel da Educação diante dessa



doutrinação? Professores devem assistir passivamente às inculcações alienantes predominantes na agenda midiática sob pena de estar fazendo assédio ideológico, já que necessariamente, terá que assumir uma posição contrária à alienação? Outro argumento bastante comum entre os defensores da “neutralidade” ideológica da escola, é que os professores devem abordar todos os lados da questão, porém, sem posicionamento pessoal. Imagino que numa aula sobre o poder alienante da mídia, o professor deve apresentar argumentos a favor e contra a alienação para que os alunos tirem suas próprias conclusões, temendo estar forjando um quadro de assédio ideológico.

Professores não podem ter discursos desprovidos de posicionamento, pois possuem o papel de não apenas ensinar, mas suscitar reflexões sobre as ideias e suas implicações na análise da realidade. Diante dessa missão, o papel do professor precisa ser, contraditoriamente, sutil e radical, confrontando os alunos com suas próprias ideologias de forma a suscitar a evolução e desenvolvimento de suas ideias e discursos. Essa árdua tarefa precisa ser executada com o cuidado da não doutrinação, mas com o dever da construção do senso crítico.

Em tempos de perfis em mídias sociais, todas as pessoas tornaram-se figuras públicas. Já há casos de professores demitidos por postar apoio a partidos e políticos de esquerda em suas páginas destas plataformas. Mais grave ainda: alguns pais estão se auto instituindo o direito de investigar a postura ideológica dos professores e de exigir das escolas

providências radicais quando detectam ideias diferentes das suas.

Estamos diante de uma grande ameaça à soberania das instituições de ensino e à autonomia metodológica dos professores. Façamos aqui um parêntese necessário. Sala de aula não é lugar de doutrinação político-partidária, religiosa ou sexual. Nunca foi. Alguns casos que ganharam notoriedade na mídia revelam exageros e completo abuso do papel do professor. Esses abusos, porém, precisam ser tratados pela escola que, por sua vez, precisa estar atenta à atuação do professor. O que se revela impraticável é a criminalização de tal fato que leva o professor ao medo de agir e de falar em suas aulas, sem ter claros os parâmetros que separam a reflexão e o confronto da doutrinação ideológica.

Estamos diante de um ótimo cenário para discutirmos e construirmos um código de ética docente e, com isso, colocarmos luz sobre diversas questões, inclusive essa. Isso sim pode ser uma ação profícua e construtiva. É inconcebível a aprovação de leis que tratam da ética do trabalho docente sem a participação do principal envolvido que é o professor. A causa é lícita, mas o instrumento “lei” não cabe por absoluta falta de clareza e operacionalização. O caminho é fortalecer o processo democrático nas escolas. ■



JÚLIO FURTADO
Pedagogo, Mestre em Educação pela UFRJ, Doutor em Ciências da Educação e Diplomado em Psicopedagogia pela Universidade de Havana, Cuba.
www.juliofurtado.com.br